

FAUSTO (Boris). — *Pequenos ensaios de história da República. (1889-1945)*.  
In coleção “Cadernos” do CEBRAP, nº 10. São Paulo, 1973.

A bibliografia referente à história republicana brasileira é escassa e consiste em sua maioria em testemunhos e ensaios contemporâneos ou obras gerais que apresentam uma simples enumeração dos acontecimentos. Por esse motivo desperta grande interesse a publicação da presente obra que, apesar de se tratar da síntese de um vasto período, consegue se desvincular dos “fatos” em si, captando as realidades mais amplas que eles exprimem. Compõe-se de cinco capítulos que abrangem toda a Primeira República, a Revolução de 1930 e o Estado Novo, que são uma versão modificada de uma série de exposições feitas pelo autor no *St. Antony's College* de Oxford.

No capítulo introdutório Boris Fausto traça as linhas mestras da formação social e política brasileira durante a República Velha. O autor apresenta o golpe de 1889 como resultante da união de duas forças: exército e fazendeiros de café, que no período que se seguiu entraram em luta pela tomada do poder. Nesta luta triunfou a burguesia cafeeira que acabou por transformar as instituições estatais em instrumento dos seus interesses. Um exemplo claro desse fato foi a manutenção de uma política econômica que garantia a rentabilidade do setor cafeeiro apesar da crescente superprodução. São Paulo e Minas controlavam a presidência da República e o sistema se mostrava rígido às menores aberturas que permitissem ampliar as bases da representatividade. Por outro lado, os setores da classe média não possuíam um grau de articulação que lhes permitisse forçar essa abertura.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo da crise política que surgiu no Brasil após a Primeira Guerra Mundial e se revelou, segundo o autor, em dois aspectos principais. Em primeiro lugar no descontentamento do exército em relação à posição secundária a que fora relegado na vida política nacional. Esse descontentamento se manifestou de forma mais violenta na campanha eleitoral de 1921-1922, quando os militares se associaram às tensões regionais. Com a vitória do candidato situacionista — Artur Bernardes — a luta entre o governo e as oposições tendeu entretanto a acalmar-se. À neutralização da dissidência regional e da cúpula militar seguiu-se o ciclo do tenentismo que produziu uma inflexão na vida política nacional e deixou uma influência persistente mesmo após ter desaparecido como movimento organizado em 1934. O segundo aspecto da crise revelou-se na insatisfação da população urbana, que tinha raízes em uma situação financeira que a atingia diretamente. Com a terceira operação valorizadora iniciada em 1921 o presidente Epitácio utilizou-se de empréstimos externos e emissões que foram responsáveis pela desvalorização do câmbio e inflação. É ressaltado ainda um terceiro aspecto: as tensões regionais da classe dominante que apareceram em 1922, abrandaram em 1926 para voltar à tona em 1929.

No capítulo relativo à Revolução de 1930, Boris Fausto tece algumas considerações já anteriormente apresentadas em seu livro: *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. O desentendimento entre os grupos oligárquicos dominantes nos Estados é visto como o ponto de partida da articulação em torno de uma candidatura de oposição ao candidato paulista e da formação da Aliança Liberal. A fusão de três forças — oligarquia dissidente, tenentes rebeldes e setores descontentes da classe média — resultou no movimento vitorioso de outubro que veio quebrar os padrões tradicionais da nossa política republicana. O autor apresenta no mesmo capítulo um quadro sucinto da ordem instaurada com a Revolução realçando o conflito entre São Paulo e o Governo Central que culminou com o movimento constitucionalista de 32. Seguiu-se um período de “acomodação” em que o Governo acabou por chegar a um ajuste com os grupos locais que, embora derrotados, conservavam seu prestígio. Quanto ao modelo político instaurado com a Constituição de 1934, quando parecia que a democracia liberal tinha possibilidade de se instituir no Brasil, foi transitório. Entretanto, começa a se formar na sociedade a tendência à harmonização e o exército ia forjando gradativamente uma cúpula homogênea que teria um papel decisivo na adoção de um novo modelo e sua sustentação entre 1937 e 1945.

No 4º capítulo o autor estuda as origens da Aliança Nacional Libertadora, sua trajetória e a insurreição de novembro de 1935, cuja derrota deu alento à onda repressiva contra o movimento popular. Esse seria o início da “liquidação da democracia liberal”, realizada entre 1935-37, quando as tendências centralizadoras e autoritárias se reforçaram através de um processo em que as elites políticas regionais se submeteram ao poder do Estado e a cúpula militar completou a despolíticação das forças armadas. O desfecho do processo foi o Estado Novo implantado em 1937.

Finalmente, Boris Fausto faz uma análise geral das instituições do Estado Novo a partir da Carta Constitucional de 1937, da máquina do Estado e do poder de suas diferentes áreas, do poder pessoal do presidente e da própria ação do Estado: política econômico-financeira, política trabalhista e política externa.

SOFIA HELENA P. DE A. FERRAZ NUNES

\* \*

\*

TÁVORA (Juarez). — *Uma Vida e Muitas Lutas*. 1º volume: *Da planície à borda do altiplano*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora. 1973.

O objetivo do livro é nos dar